

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.765.037 - PR (2020/0248451-1)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

AGRAVANTE : JOEL HENRI REGAILO

**ADVOGADOS : LUIZ CARLOS SILVEIRA - PR037553
CÉSAR ANANIAS BIM - PR039506**

AGRAVADO : ESTADO DO PARANÁ

**PROCURADORE : DEBORA FRANCO DE GODOY ANDREIS - PR015917
S**

**MARIA MARTA RENNER WEBER LUNARDON -
PR008178**

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por JOEL HENRI REGAILO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "c" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL (ITCMD).

DECADÊNCIA AFASTADA. FORMAL INCOMFORMISMO.

LANÇAMENTO SE PERFAZ COM A NOTIFICAÇÃO PRÉVIA DA INSTAURAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO, A QUAL NÃO EXISTIU.

IMPERTINÊNCIA. LANÇAMENTO OCORRIDO ENTRE O FATO GERADOR (TRANSMISSÃO DA PROPRIEDADE - DOAÇÃO REGISTRADA EM 02.05.2012) E A NOTIFICAÇÃO PARA DEFESA PRÉVIA OU PAGAMENTO DA DIFERENÇA DO IMPOSTO JÁ RECOLHIDO A MENOR (27.04.2017). APLICAÇÃO DO ART. 150, §4º DO CTN. INOCORRÊNCIA DA DECADÊNCIA. PRECEDENTE DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

Alega divergência jurisprudencial quanto à constituição do crédito tributário e a sua eventual decadência.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando

Superior Tribunal de Justiça

a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF”. (AgRg no REsp 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014.)

Confiram-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.616.851/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; AgInt no AREsp 1.518.371/RJ, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 15/5/2020; AgInt no AREsp 1.552.950/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 8/5/2020; AgInt no AREsp 1.023.256/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 24/4/2020; e AgInt nos EDcl no AREsp 1.510.607/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 1º/4/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente